



# **Plano de Logística Sustentável**

## **Relatório de Desempenho Anual 2016**

**Coordenadoria de Projetos Especiais  
Unidade Socioambiental**



## **Relatório de Desempenho Anual do Plano de Logística Sustentável do TRT da 5ª Região**

### **1. Apresentação**

O presente relatório visa apresentar a consolidação de dados dos indicadores socioambientais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, conforme determinam as Resoluções nºs 201/2015/CNJ e 24/2014/CSJT, descrevendo o panorama da Gestão Socioambiental no ano de 2016.

O Plano de Logística Sustentável 2015-2020 (PLS-TRT5), foi aprovado por meio da Resolução Administrativa TRT5 Nº 05, de 22 de fevereiro de 2016 e conta com ações, objetivos, detalhamentos, unidades envolvidas, metas, cronograma, justificativas e iniciativas.

Todavia, em virtude de sua elaboração em data anterior à divulgação do Corte Orçamentário observado pelo Judiciário Trabalhista, no ano de 2016, o PLS-TRT5 sofreu prejuízos em sua execução, em face do cancelamento de diversas ações, que pretendemos sejam implementadas no curso do ano de 2017.

Contudo, a restrição orçamentária levou à adoção de medidas drásticas para controle dos gastos, mais especificamente em relação ao consumo de água e energia elétrica, o que contribuiu para a redução do consumo.

A redução do horário de funcionamento, junto às campanhas de conscientização para o consumo consciente, demonstrando a importância da economia dos recursos como água, energia e telefonia, apresentaram resultados significativos, como veremos a seguir.

Ante a dificuldade financeira para implementação das ações previstas, nosso compromisso foi com a promoção da cidadania, realizando campanhas de orientação em segurança e direitos no trabalho. Ampliamos as itinerâncias, com o deslocamento de nossos magistrados e servidores, realizando audiências ao longo do ano. Também foi criada a Comissão de Gestão Socioambiental – COGESO, e conferida a competência de Unidade de Gestão Socioambiental a uma estrutura permanente de Coordenadoria, visando dar mais efetividade à Política de Gestão Ambiental.

O Tribunal também está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais, o TRT5 efetuou o registro de preços para a compra de 120 unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio. Além de implantar de forma humanizada e exitosa o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que reduz, significativamente, o uso de papel.

Outra iniciativa social foi a contratação de deficientes auditivos visando a digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital – ação que visa assegurar a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho da Bahia, fazendo nossa instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade. Diariamente são escaneados uma média de 120 processos, de vários volumes.



## 2. Indicadores do ano de 2016

### Relatório do PLS – TRT da 5ª Região – 2016

Indicador (nome)		ANO 2015	ANO 2016
<b>Tema: 1. Variáveis Gerais</b>			
1.1	MagP – Total de cargos de magistrados providos	212	213
1.2	TPEfet – Total de pessoal do quadro efetivo	2238	2284
1.3	TPI – Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	134	278
1.4	TPSV – Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	13	13
1.5	Serv – total de servidores	2385	2135
1.6	TFAuxT – Total de trabalhadores terceirizados	485	369
1.7	TFAuxE – Total de estagiários	334	162
1.8	TFAuxJL – Total de juízes leigos	NSA	NSA
1.9	TFAuxC – Total de conciliadores	NSA	NSA
1.10	TFAuxV – Total de voluntários	NSA	NSA
1.11	TFaux – Total da força de trabalho auxiliar	819	531
1.12	FTT – Força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares	3416	2879
1.13	M²Total – Área total em metros quadrados	74012	73214
<b>Tema: 2. Papel</b>			
2.1	Cpnrp – Consumo de papel não-reciclado próprio	26.014	20607
2.2	Cprp – Consumo de papel reciclado próprio	0	29
2.3	CPp – Consumo de papel próprio	26.014	20607
2.4	CPnrc – Consumo de papel não-reciclado contratado	0	0
2.5	CPrc – Consumo de papel reciclado contratado	0	0
2.6	CPc – Consumo de papel contratado	0	0
2.7	CPT – Consumo de papel total	26014	20607
2.8	GPnrp – Gasto com papel não-reciclado próprio	R\$ 316.111,40	R\$ 104.100,00
2.9	GPrp – Gasto com papel reciclado próprio	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.10	GPP – Gasto com papel próprio	R\$ 316.111,40	R\$ 104.100,00
<b>Tema: 3. Copos descartáveis</b>			
3.1	CCa – Consumo de copos descartáveis para água	8.624	8.061
3.2	CCc – Consumo de copos descartáveis para café	2.622	2.382
3.3	CCt – Consumo de copos descartáveis total	11.246	10.443
3.4	GCa – Gasto com copos descartáveis para água	R\$ 33.725,00	R\$ 21.351,25
3.5	GCC – Gasto com copos descartáveis para café	R\$ 3.000,00	R\$ 3.440,00
3.6	GCT – Gasto com copos descartáveis total	R\$ 36.725,00	R\$ 24.791,25
<b>Tema: 4. Água envasada em embalagem plástica</b>			
4.1	CEd – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	0	0
4.2	CEr – consumo de embalagens retornáveis para água mineral	5.781	6.388
4.3	GAed – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.4	GAer – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$ 24.916,22	R\$ 40.945,67



<b>Tema: 5. Impressão</b>				
5.1	QI – Quantidade de impressões		0	0
5.2	QEI – Quantidade de equipamentos de impressão		1019	1019
5.3	PEI – Performance dos equipamentos instalados		0	0
5.4	GAs – Gasto com aquisições de suprimentos		R\$ 342.891,05	R\$ 103.140,00
5.5	GAi – Gasto com aquisição de impressoras		R\$ 1.240.011,00	R\$ 899.087,00
5.6	GCo – Gasto com contratos de terceirização de impressão		R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Tema: 6. Telefonia</b>				
6.1	GTf – Gasto com telefonia fixa		R\$ 586.193,75	R\$ 507.483,30
6.2	LTF – Linhas telefônicas fixas		132	132
132	GRTF - Gasto relativo com telefonia fixa		R\$ 4.440,86	R\$ 3.844,57
6.4	GTm – Gasto com telefonia móvel		R\$ 163.633,94	R\$ 135.607,77
6.5	LTm – Linhas telefônicas móveis		75	75
6.6	GRTm - Gasto relativo com telefonia móvel		R\$ 2.181,79	R\$ 1.808,10
<b>Tema: 7. Energia Elétrica</b>				
7.1	CE – Consumo de energia elétrica		7702383	6718094
7.2	CRE – Consumo relativo de energia elétrica		104,07	91,76
7.3	GE – Gasto com energia elétrica		R\$ 4.040.634,05	R\$ 3.525.815,19
7.4	GRE – Gasto relativo com energia elétrica		54,59	48,16
7.5	NT – Negociação tarifária			
<b>Tema: 8. Água</b>				
8.1	CA – Consumo de água		56520	53519
8.2	CRA – Consumo relativo de água		0,76	0,73
8.3	GA – Gasto com água		R\$ 962.267,97	R\$ 1.009.350,96
8.4	GRA – Gasto relativo com água		13,00	13,79
<b>Tema: 9. Gestão de resíduos</b>				
9.1	Dpa – Destinação de papel		29.554	22896,8
9.2	Dpl – Destinação de plásticos		39	29
9.3	Dmt – Destinação de metais		0	0
9.4	Dvd – Destinação de vidros		0	0
9.5	Cge – Coleta geral		0	0
9.6	TMR – Total de materiais destinados à reciclagem		29593	22925,3
9.7	Dri – Destinação de resíduos de informática		0	0
9.8	Dsi – Destinação de suprimentos de impressão		108	527
9.9	Dpb – Destinação de pilhas e baterias		0	0
9.10	Dlp – Destinação de lâmpadas		3469	3000
9.11	Drs – Destinação de resíduos de saúde		0	286
9.12	Dob – Destinação de resíduos de obras e reformas		216000	92000
<b>Tema: 10. Reformas</b>				
10.1	GRB – gastos com reforma no período-base		R\$ 2.731.233,72	R\$ 2.911.688,61
10.2	GRR – gastos com reformas no período de referência		0	R\$ 2.731.233,72
10.3	VGR – Variação dos gastos com reformas			



<b>Tema: 11. Limpeza</b>				
11.1	GLB – Gastos com contratos de limpeza no período-base		R\$ 4.821.261,19	R\$ 2.575.731,00
11.2	M²Cont – Área contratada		127581,10	127581,1
11.3	GRL – Gasto relativo com contratos de limpeza		37,79	20,19
11.4	GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência			R\$ 4.821.261,19
11.5	VGL – Variação dos gastos com contratos de limpeza			
11.6	GML – Gastos com material de limpeza		R\$ 852.832,45	R\$ 342.488,40
<b>Tema: 12. Vigilância</b>				
12.1	GVab – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base		R\$ 5.636.314,11	R\$ 6.279.581,82
12.2	QVab – Quantidade de posto de vigilância armada		94	142
12.3	GRVa – Gastos relativo com vigilância armada		R\$ 59.960,78	R\$ 44.222,41
12.4	GVdb – Gastos com contrato de vigilância desarmada no período-base		0	0
12.5	QVd – Quantidade de postos de vigilância desarmada		0	0
12.6	GRVd – Gasto relativo com vigilância desarmada		0	0
12.7	GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência		R\$ 5.636.314,11	R\$ 6.279.581,82
12.8	VGv -Variação dos gastos com contratos de vigilância			
<b>Tema: 13. Veículos</b>				
13.1	Km – quilometragem		981.430	649.050
13.2	VG – Quantidade de veículos a gasolina		18	12
13.3	VEt – Quantidade de veículos a etanol		0	0
13.4	VF – Quantidade de veículos flex		52	50
13.5	VD – Quantidade de veículos a diesel		13	13
13.6	VGN – Quantidade de veículos a gás natural		0	0
13.7	VH – Quantidade de veículos híbridos		0	0
13.8	VEI – Quantidade de veículos elétricos		0	0
13.9	QVe – Quantidade de veículos		83	75
13.10	QVs – Quantidade de veículos de serviço		32	45
13.11	UVs – Usuários por veículos de serviço		100,13	
13.12	QVm – Quantidade de veículos para transporte de magistrados		30	30
13.13	UVm – Usuários por veículo de magistrados		7,07	
13.14	Gmv – Gasto com manutenção de veículos		R\$ 407.991,95	R\$ 171.917,97
13.15	GRmv – Gasto relativo com a manutenção dos veículos		R\$ 4.915,55	
13.16	Gcm – Gastos com contratos de motoristas		R\$ 113.958,72	R\$ 1.581.952,26
13.17	GRcm – Gasto relativo com contrato de motoristas		R\$ 1.372,99	
<b>Tema: 14. Combustível</b>				
14.1	CG – Consumo de gasolina		84.102,94	70692,54
14.2	CE – Consumo de etanol		51,95	0
14.3	CD – Consumo de diesel		48.778,59	21482,54
14.4	CGN – Consumo de gás natural		0	0
14.5	CRag – Consumo relativo de álcool e gasolina		1202,21	1009,9
14.6	CRd – Consumo relativo de diesel		3752,20	1652,49
14.7	CRgn – Consumo relativo de gás natural		0	0



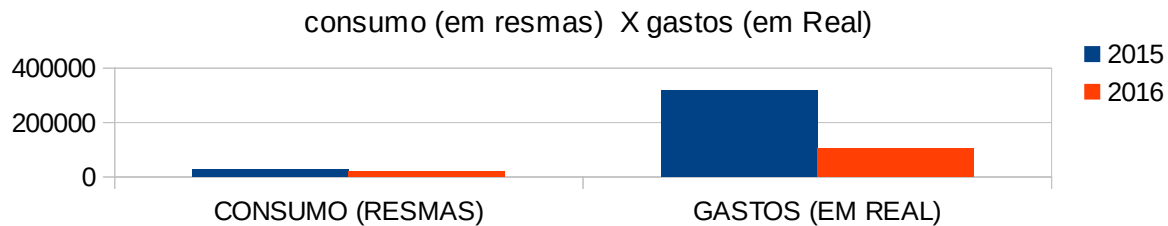
<b>Tema: 15. Qualidade de Vida</b>				
15.1	PVQ – Participação em ações de qualidade de vida		47.903	28291
15.2	AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida		19	54
15.3	PRQV – Participação relativa em ações de qualidade de vida		73,81	0
15.4	PS – participações em ações solidárias		286	228
15.5	AS – Quantidade de ações solidárias		4	7
15.6	PRS – participação relativa em ações solidárias		2,09	0
15.7	AIInc – Ações de inclusão		2	16
<b>Tema: 16. Capacitação socioambiental</b>				
16.1	ACap – Ações de capacitação e sensibilização		2	3
16.2	PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação		70	157
16.3	PRSC – Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental		1,02	0



## INDICADORES

### 1. Papel

#### PAPEL PRÓPRIO



O consumo de papel no ano de 2016 foi 20,78% menor do que no ano de 2015, sendo consumidas 20.607 resmas contra 26.014 daquele ano.

Essa redução se deve, principalmente, à implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe e do PROAD - Sistema de Processo Administrativo Virtual.

Espera-se, inclusive, que esse percentual de redução seja implementado com o passar dos anos, quanto a totalidade dos processos, tanto administrativos quanto judiciais, esteja na forma eletrônica.

Caso a Justiça do Trabalho baiana estivesse operando ainda com processos físicos, a projeção seria de um gasto de 58.906 resmas somente em 2016, com tendência a aumentar esse consumo ano a ano. Com a implantação do PJe, em 2012, entretanto o consumo vem caindo e, em 2016, foram gastas 20 mil resmas, representando uma economia de 65% sobre o número projetado.

Assim, destacamos que no ano de 2016 esta redução do consumo de resmas de papel A4 (branco e reciclado) economizou mais de 38.000 resmas de papel, ou seja, 78 toneladas de papel ou 16 milhões de folhas de papel (padrão A4, 75g/m<sup>2</sup>). Isso equivale a 3,8 km de altura, a mesma de um prédio de 1.200 andares. Assim, quase 3.000 árvores deixam de ser destruídas, considerando 25 árvores por tonelada de papel. Além disso, são economizados 7,7 milhões de litros de água e 389 mil kwh de energia. Esses números são possíveis graças à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) nas 88 Varas do Trabalho e na segunda instância e do PROAD na área administrativa.

Além de acelerar o andamento processual, o processo eletrônico atua diretamente na redução de gastos públicos, ao possibilitar um enxugamento nos custos das atividades do Judiciário; a diminuição de despesas em material de expediente, pessoal, mobiliário, prédios para acomodação dos processos que tramitam em autos físicos, arquivos e transporte.

Outra inovação que também contribuiu para a redução do consumo de papel foi o Alvará Eletrônico, que possibilita o pagamento de créditos trabalhistas sem a necessidade de comparecimento do beneficiário às sedes da Justiça do Trabalho, foi disponibilizado em todas as Varas do interior e capital desde o dia 21/01/16. A ferramenta, que foi desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT5 (Setic), a partir da definição das regras de negócio pela Secretaria de O&M, representantes dos diretores de secretaria das Varas do Trabalho e Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância, com o apoio da Caixa Econômica Federal, poderá ser aplicada em todos os processos físicos, híbridos e eletrônicos (PJe-JT).

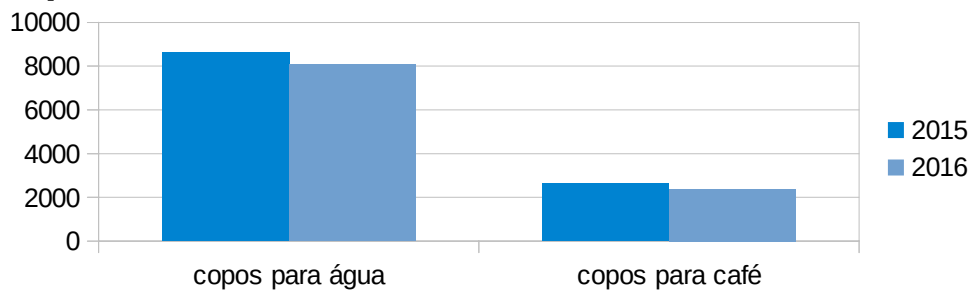
A novidade permite que as varas enviem à Caixa Econômica Federal - banco parceiro no projeto - a ordem de pagamento, dispensando sua emissão física. Antes, o credor recebia o



alvará impresso na secretaria da vara e se dirigia à agência bancária para receber os créditos. Com a automatização, o banco é comunicado pelo sistema no momento da assinatura eletrônica do Alvará e, após a notificação de disponibilização de crédito, o beneficiário pode comparecer diretamente à agência para receber o valor a que tem direito.

Por outro lado, a quantidade de novos processos na Justiça do Trabalho baiana também registrou aumento de 9,3% em 2016. Um total de 165.383 novos processos foram recebidos em todo o TRT5-BA, sendo 121.918 no 1º grau e 43.465 no 2º grau, segundo dados da Coordenadoria de Estatística. Foram 15.087 processos a mais em comparação com os 150.296 recebidos em 2015, dos quais 116.538 foram o 1º Grau e 33.758 no 2º Grau.

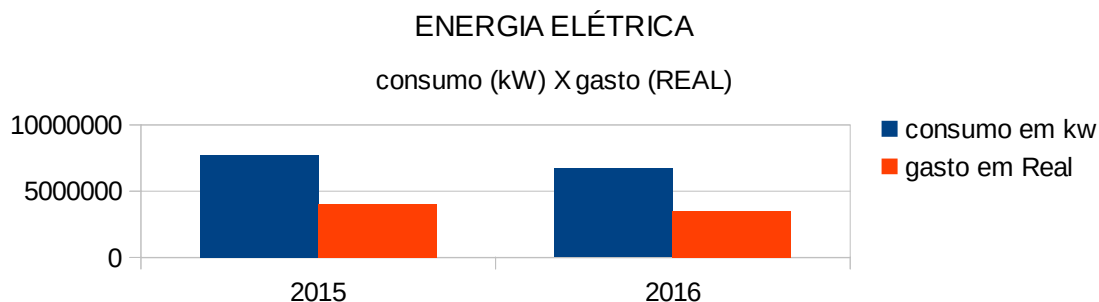
## 2. Copos Descartáveis



Com relação aos indicadores 6 e 8 do Plano de Logística Sustentável que tratam do consumo de copos descartáveis de 200ml e 50 ml, respectivamente, apresentavam meta de redução de 1% nesses indicadores.

Obtivemos sucesso no cumprimento desta meta, uma vez que observamos a redução do consumo de copo de 200ml 6,53% e para o consumo de copo de 50ml uma redução de 9,15%, superando a meta traçada.

## 3. Energia Elétrica



No tocante ao consumo e gasto de energia elétrica o Tribunal também superou a meta estabelecida, que previa uma redução de 1% no consumo e de 0,4% no gasto.

Cotejando os números apurados nos anos de 2015 e 2016 observamos uma redução do consumo de energia elétrica no percentual de 12,78% e uma redução do gasto de 12,74%.

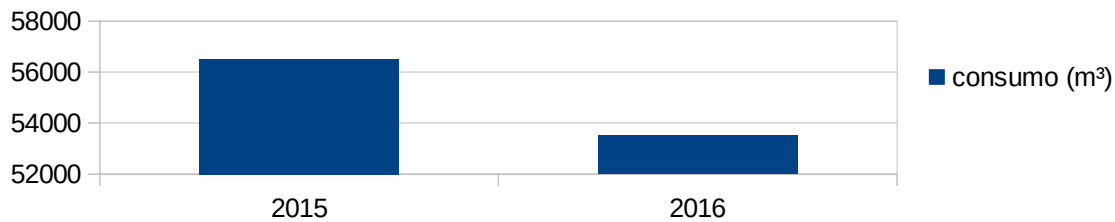
Todavia, como salientado anteriormente, além das campanhas de conscientização do consumo consciente, a restrição orçamentária que enfrentamos no ano de 2016 levou a adoção de medidas drásticas para controle dos gastos, como a redução do horário de funcionamento, o que contribuiu para a redução do consumo.



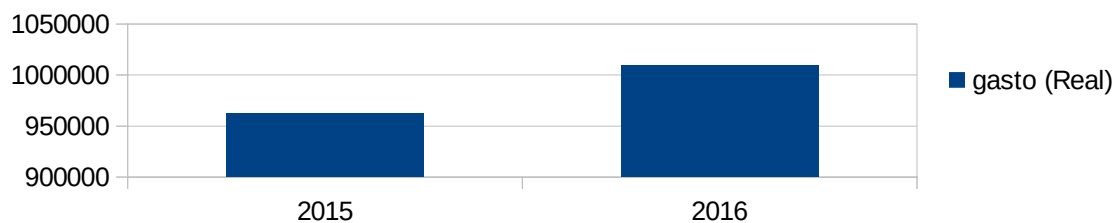


## 4. Água

### CONSUMO DE ÁGUA



### GASTO COM ÁGUA

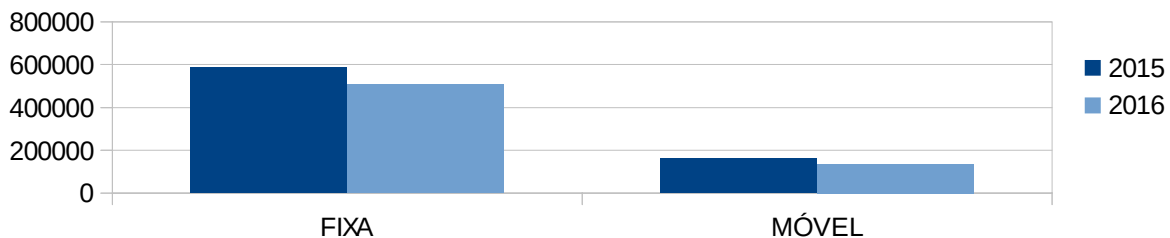


Quanto aos indicadores referentes ao consumo e gasto com água e esgoto, observamos uma redução de 5,31% no consumo e um acréscimo de 4,9% no gasto.

Tal valor, todavia, encontra respaldo no aumento autorizado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa), por meio da Resolução nº 002 de 2016, para reajuste da tarifa de água e esgoto no percentual de 9,95%, a partir do dia 6 de junho de 2016.

## 5. Telefonia

### GASTOS COM TELEFONIA

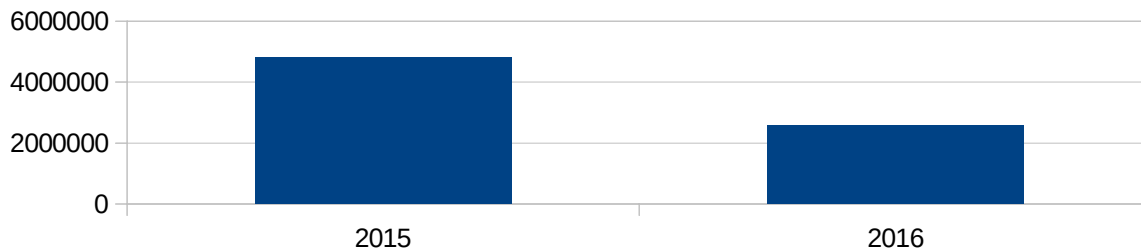


No tocante aos indicadores de gasto total dos contratos de telefonia fixa e móvel a meta estabelecida no PLS estabelecia uma redução de 0,4% em ambas modalidades.

Observamos ao final do ano de 2016 uma redução no gasto de 13,43% e 17,13% nos gastos com telefonia fixa e móvel, respectivamente, superando a meta fixada.

## 6. Contratos de limpeza

### GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA

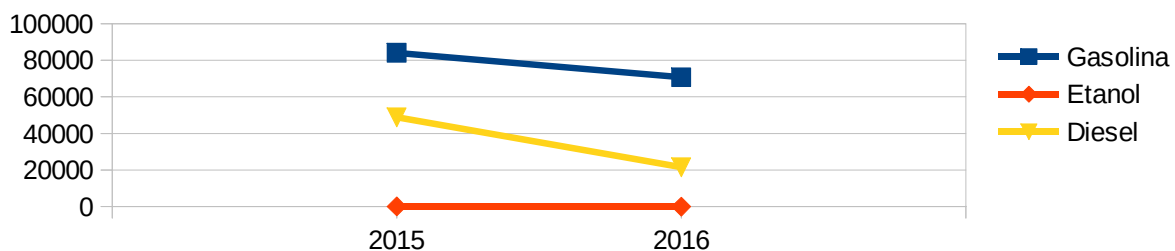


A meta prevista para redução com gastos com contratos de limpeza estabelecia a redução de 0,4% para o ano de 2016.

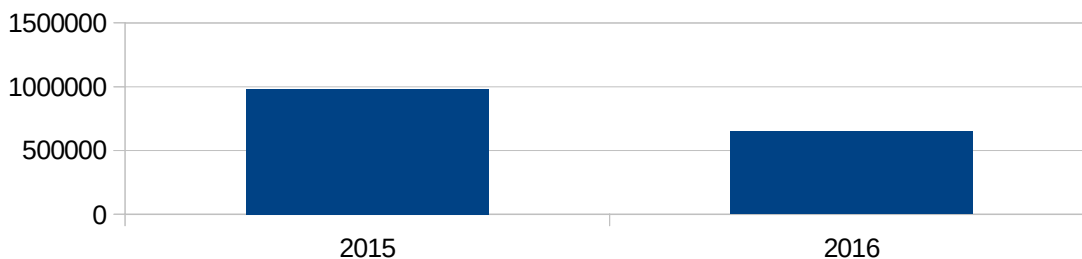
O contingenciamento verificado no ano de 2016, a redução do horário de funcionamento, assim como a necessidade de repactuação dos contratos para adequação ao orçamento disponibilizado, levou a uma redução de 46,58%.

## 7. Combustíveis

### CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS



### KILOMETRAGEM



No ano 2016 o consumo de gasolina foi reduzido em 15,95%, superando a meta de 0,4% do valor do ano base (2015) em 15,55 pontos percentuais.

Também observamos, no mesmo período, uma redução de 55,96% no consumo de diesel superando a meta de 0,4% do valor do ano base (2015) em 55,56 pontos percentuais.

A diminuição do consumo é corroborada pela quilometragem registrada, onde observamos uma redução de 33,87%.



Assim, podemos comemorar alguns resultados obtidos em 2016 em comparação com 2015, fruto de esforços concentrados da Administração, como a redução de 5,31% do consumo de água, passando de 56.520 m<sup>3</sup> para 53.519 m<sup>3</sup>. Em energia elétrica a redução foi de 12,78%, passando de 7.702.383 KWh para 6.718.094 KWh em 2016. Comemora-se, ainda mais, a redução significativa dos gastos com papel A4, telefonia fixa, telefonia móvel, gasolina e diesel, que foram da ordem de 20,78%, 13,43%, 17,13%, 15,95% e 55,96%, respectivamente.

Ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), como único sistema do Judiciário Trabalhista para abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA) e em todas as 88 varas do trabalho. Em aprimoramento ao Programa, iniciou-se a implantação do Cadastro de Liquidação e Execução (Pje-CLE) em várias unidades judiciárias, com previsão de finalização em 2017 dos últimos catorze municípios do interior do Estado (Cruz das Almas, Simões Filho, Camaçari, Candeias, Feira de Santana, Irecê, Jacobina, Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Barreiras, Itapetinga, Porto Seguro, Conceição do Coité e Brumado).

O PJe promoveu mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas como carimbar e manusear a papelada, trazendo vantagens aos cofres públicos, ao meio ambiente e à saúde de quem lidava com a burocracia. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo grau e o primeiro a receber a versão nacional do PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em 2013 implantamos nas 39 varas da capital. Em 2014 mais 18 varas, totalizando 67 unidades, o que representa 76% de todo regional, sendo que o 2º grau já conta com 100% implantado, alcançando 100% de todo Regional em Novembro/2015. Trabalho que envolveu toda a administração e que tem se caracterizado pela preocupação com o ser humano neste processo de mudança de paradigma.

Na infraestrutura, foi priorizada a área tecnológica, avançamos com a implantação do PJe em todas as varas do trabalho. Atualização de microcomputadores que estão substituindo equipamentos das varas e departamentos de 1º grau onde o PJe foi instalado e também nos demais fóruns que receberam o sistema desde 2012. Essas unidades foram priorizadas, pois o PJe requer dois monitores por computador. As varas da capital e os departamentos administrativos também foram contemplados com novos micros para substituir aqueles que estão fora da garantia ou obsoletos. Além dos computadores, foram entregues novas impressoras e multifuncionais visando aumentar a eficiência operacional.

Buscamos ainda melhorar a infraestrutura física de nossas instalações, obedecendo ao Plano de Obras, em consonância com a Resolução 70 do CSJT. Diversas obras foram realizadas com a supervisão do Departamento de Obras, da Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior (Caui) e da Coordenadoria de Manutenção e Conservação (CMC):

Também foi implantado o sistema eletrônico administrativo, o PROAD, com o objetivo de gerir todos os processos que tramitam na área meio, dando celeridade, transparência e economia de recursos.

Como foi dito anteriormente, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT começou a ser implantado no TRT5 em meados de 2012. Atualmente são mais de 220.000



processos tramitando exclusivamente em processo judicial eletrônico, além de contar com cerca de 25.000 advogados cadastrados e militando no PJe-JT no TRT da Bahia.

Em razão da utilização de modernas ferramentas tecnológicas e facilidade de acesso, o PJe-JT tem reduzido a demanda reprimida existente nas varas do trabalho devido à grande extensão territorial do Estado o que provocava a necessidade de grandes deslocamentos. Isso é comprovado ao observarmos o crescimento do número de processos eletrônicos no regional. Em 2015 foram recebidos mais de 100 mil processos eletrônicos e em 2016 foram ajuizados mais de 120.000 processos apenas no primeiro grau.

Mesmo com esse breve tempo de implantação o PJe-JT já apresenta sensível mudança no fluxo de processo e economia em diversos insumos, tais como: toner de impressão, energia elétrica, papel, dentre outros.

Salvador 24 de março de 2017

Sandro Micucci Santos  
Coordenadoria de Projetos Especiais  
Unidade Socioambiental do TRT5